

Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.212 - ano 21 | Maio de 2019 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

Em luta pela aposentação

Bombeiros querem ser tratados como forças de segurança

E rejeitam reforma aos 60 anos



editorial

Vieram de todos os pontos do Continente e ilhas da Madeira e dos Açores para lutar pela sua profissão, pela farda que envergam para a desempenhar dia após dia. No dia 22 de maio, os bombeiros profissionais mostraram, mais uma vez, que estão decididos a lutar pela dignificação da sua carreira, a lutar pelo seu estatuto profissional e a lutar por uma aposentação digna.

Os bombeiros mostraram, mais uma vez, que não arredam pé das suas convicções nem dos seus direitos.

Os bombeiros mostraram, mais uma vez, que não aceitam que apenas sejam recordados quando são necessários para intervir nos incêndios de verão ou então quando morrem!

Os bombeiros mostraram, mais uma vez, que estão preocupados com a população com quem assumiram o compromisso de salvaguardar e salvar em situações limite!

Os bombeiros quiseram mostrar ao Governo que querem ser considerados profissõ

de risco e de desgaste rápido, que salvguarde a especificidade de missão. E porquê? Porque têm que estar a 100 por cento para responder a 100 por cento A TODAS AS OCORRÊNCIAS, sem limitações físicas ou psicológicas!

Os bombeiros não se vergam a agendas políticas nem se contentam com meias decisões! A aprovação, em Conselho de Ministros, do Estatuto Profissional dos Bombeiros foi um passo importante e corajoso do Governo, mas peca por incompleto. O diploma da aposentação revela falta de sensibilidade e de conhecimento do que é a atividade do bombeiro!

A manifestação pretendeu mostrar um cartão amarelo ao Governo. Um primeiro alerta de que estão dispostos a tudo para manterem a dignidade na prestação de socorro às populações, com segurança e sentido de missão.

Exige-se tanto aos bombeiros em matéria de formação e especialização!

Esta é a hora de reconhecer a sua excelência!



Mais

■ Duas patrulhas de fuzileiros reforçaram as equipas de vigia e patrulhamento entre os dias 12 e 14 de maio, em três distritos com aviso amarelo devido às temperaturas elevadas.

■ O Exército recebeu no dia 21 de maio, 21 viaturas destinadas às missões de vigilância e patrulhamento, no âmbito do empenhamento do Exército nas ações de prevenção dos fogos rurais.

■ O secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, garantiu no dia 30 de maio, no parlamento, que o sistema de comunicações de emergência SIRESP funciona e é eficaz, sendo uma rede "robusta, segura e capaz".

Menos

■ O ministro da agricultura defendeu a aplicação de sanções aos municípios sem plano de defesa da floresta atualizado (jornal CM 6 de maio). A medida prevê prevenir situações como as corridas em 2017.

■ Portugal está entre os países europeus que gasta menos dinheiro para financiar os bombeiros. De acordo com dados do Eurostat divulgados em Maio, Portugal está na 3ª posição a contar do fim do ranking de gastos em percentagem do PIB.

Este jornal está escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico

Consulte o nosso site em www.anbp.pt e o nosso Facebook



Por Fernando Curto, Presidente da ANBP

Bombeiros Profissionais nunca baixarão os braços!



ficha técnica | Jornal da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais
Instituição de Utilidade Pública

Diretor Filomena Barros	Grafismo João B. Gonçalves	Propriedade Associação Nacional de Bombeiros Profissionais Av. D. Carlos I, 89, r/c 1200 Lisboa Tel.: 21 394 20 80
Diretor-Adjunto Sérgio Rui Carvalho	Paginação João B. Gonçalves	Tiragem 25 000 exemplares
Redação Cátia Godinho Paulo Parracho	Publicidade Gabinete de Comunicação	registo n.º 117 011 Dep. Legal n.º 68 848/93
Fotografia Cab. Audiovisual ANBP	Impressão Gráfica Funchalense	

Alto Risco | **cupão de assinatura**

Nome: _____
Morada: _____
Código Postal: _____
Profissão: _____
Telefone: _____ Tlm.: _____
Email: _____

Assinatura Anual do Jornal Alto Risco: 8 euros | Despesas de envio: 2 euros | Total: 10 euros
Enviar Cheque ou Vale de Correio para:
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

sindicato



Por Sérgio Rui Carvalho, Presidente do SNBP

A família ANBP/SNBP unida na luta pelos bombeiros profissionais!

Mais uma vez, a grande família de ANBP/SNBP esteve unida na luta. O dia 22 de Maio de 2019 fica no nosso registo. Mais uma vez, tentámos, fomos à luta, vindos de todo o nosso Portugal. Marcámos presença. Milhares de quilómetros de norte a sul do país (continente), arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Todos os presentes estiveram cá com a responsabilidade de lutar por milhares de bombeiros que não puderam cá estar ou que, por opção, não quiseram participar. Mas as lutas e as vidas são feitas de pequenos passos que nos fazem chegar longe.

ANBP/SNBP vão continuar com o seu projeto,

rumo ao futuro, e na defesa dos bombeiros profissionais. Como estruturas associativas e sindicais independentes vamos sempre agir quando estiver em causa o interesse dos bombeiros e não foram questões como eleições no fim-de-semana e autos judiciais por parte da polícia que impediram a realização desta grande jornada de luta.

Estamos aqui sempre para defender os mais fracos e quem precisa de ajuda. É a nossa pluralidade que nos faz fortes e imbatíveis. Tudo foi feito para tentar evitar esta manifestação tão perto das eleições, mas nós não perentecemos a nenhuma intersindical nem a nenhum partido.

Nós somos bombeiros, pertencemos aos bombeiros. Como dirigentes sindicais te-



mos de continuar a engrandecer a nossa instituição e estamos a crescer cada vez mais. Como instituição independente não temos nenhuma máquina por detrás a apoiar, como muitas outras entidades, mas não vai ser isso que nos vai fazer parar. Somos o único sindicato e associação de classe nacionais, e que apenas com um dirigente a tempo inteiro, consegue atingir um patamar tão elevado.

Isto demonstra que todos os dirigentes nacionais, regionais e locais de ANBP/SNBP dão muito do seu tempo por esta grande família e só assim conseguimos atingir os nossos objetivos. Tentámos e lutámos por uma família e é isso que temos sempre de ter presente. Nos bons e nos maus momentos, somos uma grande família é isso que nos faz fortes e grande. A vitória de um é a vitória de todos; a derrota de um, é a derrota de todos.

Ao fim de 28 anos de existência sente -se o espírito da nossa grande família. Ao meu grande chefe Principal aposentado do RSB José Rodrigues, com 89 anos, que liderou a nossa manifestação, o meu e o nosso muito obrigado.

São HOMENS assim que a nossa ANBP/SNBP precisam e é esse legado que todos temos que defender e manter. ANBP/SNBP somos todos e é bom ter um projeto, um rumo, e um grande objetivo para todos os bombeiros. Uma carreira, um salário e uma aposentação digna para todos.

Todos os bombeiros têm família, todos merecem respeito. ANBP/SNBP agradece a todos e mantem o seu compromisso de lutar até ao fim e a garantia de que não nos vamos ajoelhar. Em primeiro lugar e sempre... os bombeiros!



CONVOCATÓRIA DA ANBP

Ao abrigo dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da ANBP - Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, a realizar no dia 28 de Junho de 2019, pelas 9H30 na sede nacional da ANBP, sita na Av. D. Carlos I, n.º89, R/Ch., 1200-647 Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação do Relatório de Contas do ano de 2018
2. Outros.

Se à hora marcada, não estiverem presentes o número legal de associados, realizar-se-á a mesma Assembleia, meia hora depois, com qualquer número.
Lisboa, 28 de Maio de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Assinatura ilegível



CONVOCATÓRIA DA SNBP

Ao abrigo dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do SNBP - Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, a realizar no dia 28 de Junho de 2019, pelas 11H30 na sede nacional do SNBP, sita na Av. D. Carlos I, n.º89, R/Ch., 1200-647 Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação do Relatório de Contas do ano de 2018
2. Outros.

Se à hora marcada, não estiverem presentes o número legal de associados, realizar-se-á a mesma Assembleia, meia hora depois, com qualquer número.
Lisboa, 28 de Maio de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Assinatura ilegível

manifestação



Bombeiros profissionais saem à rua contra a reforma aos 60 anos

Foi com cartazes na mão e apitos ruidosos que mais de duzentos bombeiros participaram na manifestação no dia 22 de maio, organizada pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e pelo Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais. O protesto iniciou-se no Largo Vitorino Damásio e estendeu-se até à Assembleia da República.

A acompanhar a manifestação, bombeiros em cadeira de rodas, um caixão e um padre tentavam chamar a atenção da população para o que estava em causa: o decreto-lei aprovado a 9 de maio, na generalidade e que, segundo os bombeiros, comete uma “injustiça” em relação à aposentação.

60 anos, porque consideram que não conseguem garantir a sua segurança e o socorro adequado.

Fernando Curto, presidente da ANBP, reconhece que, nas decisões do governo houve uma nota positiva e outra negativa.

“Criou o Estatuto (profissional) de bombeiros depois de 17 anos, o que é positivo; mas no que diz respeito à aposentação, nós não concordamos. A situação de um bombeiro com 50, 55 e 60 anos a prestar socorro na primeira intervenção, é insustentável, e como tal, entendemos deve manter aos 50 anos ou, ao aumentar para os 55 anos, era importante que houvesse uma pré-reforma. Estou a falar nos bombeiros de linha, da primeira intervenção”, esclareceu.

de todas as faixas etárias.

Ricardo Barreto, bombeiro no Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, considera que “quem está na 1ª intervenção vai sentir as lesões inerentes a esta profissão. Por isso não entendemos porque querem prolongar a nossa efetividade ao nível da 1ª intervenção”.

Também Nino Taveira, do RSB, lembra que os bombeiros “aos 60 anos não temos a frescura e desenvoltura física para transportarmos todo o equipamento”.

“Estamos a falar de uma profissão de alto risco, que se quer desgaste rápido”, reforçou Rúben Reis, também bombeiro do RSB, e coordenador do Secretariado Regional de Lisboa de ANBP/SNBP.

O protesto dos bombeiros profissionais do Continente contou com a solidariedade dos bombeiros profissionais dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Apesar da contestação dizer respeito à aposentação, foi notória a adesão de bombeiros



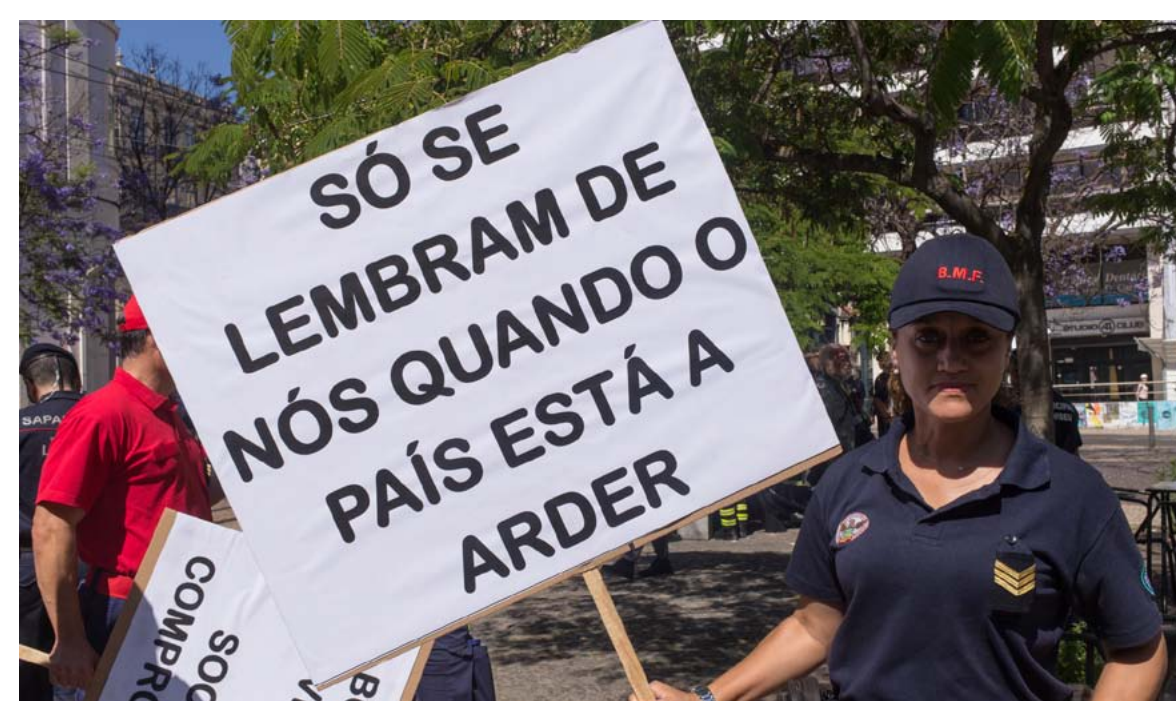
José Feliciano, bombeiro profissional dos Bombeiros Voluntários de Madalena do Pico, juntou-se a esta manifestação, tal como outros bombeiros profissionais vindos de outras associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores.

“É injusto que as forças de segurança tenham uma idade de reforma inferior a nós”, lamenta, defendendo que a idade da reforma para os bombeiros deve equiparar-se à das forças de segurança. Questionado sobre a sua presença neste protesto, José Feliciano admitiu que tudo o que for aprovado no continente, nesta matéria, deverá

ser aplicado nos Açores.

Os Bombeiros Sapadores do Funchal e os municipais de Santa Cruz estiveram também nesta manifestação. Apesar de reconhecerem que o Estatuto Profissional os beneficiou em relação à passagem de municipais a sapadores- com reflexo não apenas na designação, mas ao nível de carreira e de índice salarial-, não concordam com a idade da reforma proposta pelo governo.

O protesto terminou na Assembleia da República, perto de uma hora depois de ter começado, com a entrega de um documento por parte da direção nacional de ANBP/SNBP na Assembleia da República.







testemunhos



Pábulo Freitas Bombeiros Municipais de Santa Cruz Secretário coordenador da Madeira

O que os traz aqui a esta manifestação?

Viemos dez bombeiros da Madeira. Nunca podemos ir aos 60 anos na idade da reforma. Isso é impensável. Queremos também reconhecer esta como profissão de risco, o que neste momento não é. E é por isso que hoje estamos aqui em colaboração com os bombeiros do Continente.

de querer aumentar a vossa idade de reforma?

Isso não faz qualquer sentido. Temos que ter sempre uma aptidão física acima do normal. Basta os nossos equipamentos, matérias de proteção individual e a forma rápida de agirmos, isso só se consegue quando jovem. Uma pessoa com 50 anos já não pode fazer o socorro como os de 20 são capazes de fazer. O desgaste físico é

Que consequências pode ter esta intenção do governo



Nuno Gomes Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia

O que vos trouxe cá?

Gaia veio cá pela pasta da aposentação. Sabemos que 66 (idade de reforma) não está fechado e que é um processo que pode ser negociado a qualquer momento. A aposentação não se enquadra com as funções que desempenhamos. Entendemos que a idade correta para a aposentação seroam os 55 anos para a reserva e ficávamos a aguardar até aos 60 anos. Isto

de que nos 60 anos o governo está a dar uma bonificação de 5 anos é uma falsa questão. Porque eles limitam à data da reforma. Se a reforma for aumentada, também nos aumenta a idade de trabalho. Por ai defendemos que os 55 anos e uma das melhores propostas para nós. No limite.

De que forma esta decisão afeta a vida do vosso corpo de bombeiros?

muito grande. É a capacidade de socorro que está em causa.

Que vantagem traz para os bombeiros da Madeira o novo estatuto aprovado em Conselho de Ministros?

É uma forma de equiparação aos bombeiros sapedores do Continente, o que não existe a Madeira. Para nós, é muito bom. Clarifica o pessoal até na questão da admissão à carreira. Todos os bombeiros sapedores têm que ter entre os 18 e os 25 anos de idade e o 12º ano de escolaridade. Isto não acontecia com os bombeiros municipais. Bastava o 9º ano. É uma questão de exigir, a quem entra, ter algum perfil e alguma formação.

Para nós, a questão remuneratória é também muito importante. É o reconhecimento do trabalho desta classe, porque a formação é igual, os vencimentos passarão a ser iguais. Nós recebíamos 600 euros de ordenado base e vamos ser equiparados às restantes forças de segurança, que são os 944 euros. Para nós é muito vantajoso porque, por exemplo no Funchal, não havia Sapadores. Só a designação. Financeiramente não havia ninguém a receber como tal.

Em termos de gestão de meios humanos, fica um corpo ativo muito gasto, muito velho. Com a implementação dos 60 anos implica maior desgaste. Com isto, o socorro está em risco. Somos um corpo especial da função pública com desgaste rápido e estamos expostos a imensos perigos diariamente e que leva a que o nosso desgaste seja casa vez maior. Temos que estar prontos para qualquer situação com uma robustez física acima da média e sem questionar. O que com 60 anos é impensável. Só quem não sabe a realidade dos bombeiros é que permite que essa lei avance.

Quantas pessoas estão a espera que este diploma saia?

Em Gaia são à volta de 10 efetivos. E depois há 20 e 30 que estão no limite de atingir. Sem dúvida que a autarquia está a fazer um bom trabalho, está a recrutar novos elementos para que o corpo ativo não envelheça com o passar dos anos.



Filipe Santos Bombeiros Sapadores de Setúbal

O que vos traz a esta manifestação?

O que nos traz é fazer ver ao governo que a proposta que foi aprovada em conselho de ministros no que diz respeito às reformas não se compadece com aquilo que é o desempenho da

nossa profissão no futuro. Não se admite que um bombeiro com 60 anos, a desempenhar funções operacionais, tenha condições físicas para prestar o socorro adequado, que a população merece. Pode por em risco a população e o bem-estar dos bombeiros. Estamos a tentar negociar de forma a reverter esta situação. Achamos que 60 anos é muito tempo para que um bombeiro possa entrar na idade da reforma. Viemos cerca de 30 bombeiros mostrar a nossa indignação.

Quantos bombeiros estão a aguardar pela reforma, neste momento, na Companhia Bombeiros Sapadores de Setúbal?

No nosso efetivo, temos 15 elementos a aguardar que o diploma saia.



Francisco Brito Bombeiros Sapadores do Funchal

De que forma é que se revê nestas reivindicações?

A sociedade e principalmente os governantes têm que perceber que a nossa profissão é uma profissão de risco e que acarreta mais do que um esforço mais do que outras pro-

fissões para nós podermos salvar outras pessoas. Não é com a proposta atual, e muitos de nós já com 40 anos de serviço, que vamos conseguir prestar um socorro eficaz.

Quanto ao estatuto profissional, que mais-valias vos traz?

O que ainda acontece agora, uma vez que não foi nada publicado em Diário da República, é que somos um corpo de bombeiros sapedores mas a nossa carreira é de municipais. Há uma desigualdade salarial que vem de há muitos anos. E como nós sabemos, quando há trabalhos iguais tem que haver salários iguais. E mesmo sendo reposta esta injustiça, já vem muito tarde, mas nós ficamos satisfeitos, caso acontece. É preciso ressaltar que isso ainda não saiu em Diário da República.



Pedro Cunha Bombeiros Sapadores de Braga

O que vos trouxe a esta manifestação?

Veio um autocarro completo com pessoal de Braga, Viana do Castelo e de Gaia e do Batalhão, Viemos em forma de protesto porque não concordamos com o governo com esta idade da refor-

ma. Com 61 anos não nos vemos com capacidade física para ir ao um quinto ou sexto andar para trazermos um doente.

De que forma é que esta decisão afeta os bombeiros?

Neste momento em Braga temos 18 elementos com prolongamento da idade da reforma. Ou seja, chegaram à idade da reforma mas devido aos cortes do governo têm que prolongar porque não têm capacidade para sobreviver cá fora.

E essas pessoas têm capacidade para socorrer?

A nível mental, sim, mas físico não. Com 60 anos não temos a capacidade que temos aos 25 e 30 anos.

aniversário rsb



► Vereador Carlos Manuel Castro passa revista às forças em parada

RSB Lisboa celebrou 624 anos

A Praça do Império, junto ao Mosteiro dos Jerónimos, recebeu a festa de aniversário do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa.

A celebração dos 624 anos contou com a integração de 126 novos operacionais, que passaram a prontos e num ato simbólico receberam o machado pela mão dos mais velhos.

Na cerimónia esteve presente o vereador da proteção

civil da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Manuel Castro.

“Hoje temos um regimento temos um RSB melhor, mais apetrechado e mais capacitado para responder de modo ainda mais eficaz”, afirmou o vereador que manifestou ainda “orgulho nas mulheres e nos homens que diariamente entregam a farda do regimento e servem bem Lisboa.”

O RSB acorre, anualmente, a uma média superior a 21 mil de intervenções operacionais.



► Entrega simbólica do machado



► Homenagem aos bombeiros mortos em serviço



► Atribuição de medalha ao chefe Carlos Bispo, adjunto de comando do RSB, pelo vereador Carlos Manuel Castro

notícias

Aprovada diretiva financeira para DECIR

Foi aprovada a 13 de maio a Diretiva Financeira de 2019 que regula a participação do Estado das despesas resultantes da intervenção dos bombeiros em operações de proteção e socorro e estados de alerta especiais.

De acordo com nota do Ministério da Administração Interna, a diretiva aumenta “o valor de algumas compar-

ticipações, alarga a tipologia de despesas comparticipadas e simplifica o acesso ao apoio financeiro”. Neste sentido, está previsto o aumento da comparticipação dos almoços e jantares de 7 euros para 7,5 euros. Está ainda previsto um aumento do valor de pequenos-almoços e lanches de 1,80 euros para 2,20 euros.

Além do aumento das comparticipações na alimentação, há ainda aumento nas

ajudas para aquisição de combustíveis.

A Diretiva prevê ainda o pagamento dos bombeiros que integram o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais de compensações de 50 euros por dia. Para os comandantes a compensação é de 65 euros por dia. Valor que, de acordo com a diretiva financeira, não regista qualquer aumento em relação ao ano passado.



Cadastro simplificado identifica zonas florestais com perigo de incêndio

O presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) defendeu no dia 16 de abril, no parlamento, que a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada a todo o país “será o passo certo” para a identificação do território. Rogério Rodrigues foi ouvido numa audição parlamentar sobre a proposta de lei do Governo para alargar o projeto-piloto do cadastro simplificado a todo o país.

“Essa generalização é muito importante, na medida que corresponde a um mecanismo eficiente e pouco oneroso para os cidadãos, no sentido de caracterizar e identificar os prédios rústicos e mistos que existem no território”, afirmou o presidente do ICNF.

Na perspetiva do dirigente do ICNF, o sistema de informação cadastral simplificado não pode ser considerado um cadastro dos prédios rústicos e mistos, mas é “uma situação intermédia, é informação que concorre para o cadastro”.

O projeto-piloto do cadastro foi implementado em novembro de 2017, durante doze meses e integrou dez municípios.

Neste sentido, a proposta de lei do Governo, que “mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada”, visa criar o procedimento especial de justificação de

prédio rústico e misto omisso, aplicável em todo o território nacional, e universalizar o BUPI, “enquanto plataforma nacional de registo e cadastro do território (PNRCT), abrangendo os prédios urbanos, rústicos e mistos de todo o território nacional”.

De acordo com o dirigente do ICNF, a identificação das propriedades acautelar todos os deveres do Estado na proteção de pessoas e bens.

Apesar de não resolver o abandono e a gestão do território, o responsável frisou que o cadastro “permite à administração saber e ter o conhecimento para poder atuar quando existe abandono, quando terá que substituir aos proprietários para proceder à limpeza, à redução da carga combustível, precisamente para proteger outras pessoas e bens que existam nesses territórios”.

Lembrando que o projeto-piloto, implementado durante um ano, tornou possível a “identificação de 52% dos proprietários” nos dez municípios envolvidos, Rogério Rodrigues destacou este dado como um “indicador bastante para o país continuar a apostar nesse processo”, comparando com outros processos de cadastro desenvolvidos no território, “em que duram muito mais tempo para muito pouco mais percentagem de identificação”.

notícias



Tribunal de Contas fiscaliza prevenção e combate a incêndios

O Tribunal de Contas vai realizar uma auditoria na área de prevenção e combate aos incêndios, no âmbito de uma ação planeada após o incêndio de 2017 em Pedrógão Grande. Vítor Oliveira, presidente da instituição, considera que perceber o que está a ser feito em Portugal neste domínio é uma das questões “prioritárias” e avança também que o visto para a contratação de meios aéreos continua pendente.

“O tribunal tem em curso um trabalho para avaliar de que forma as medidas de prevenção dos incêndios estão a ser feitas, seja na perspetiva de desertificação, seja na perspetiva da seca, complementaridade e sinergias que estão a ser usadas” e para “aprender também com as melhores práticas dos dois países”.

Este estudo foi planeado após uma resolução do Conselho de Ministros de 2017, na sequência do incêndio de junho de 2017 em Pedrógão Grande.

Segundo Vítor Caldeira, no âmbito deste trabalho, “e porque os incêndios não param nas fronteiras, o Tribunal de Contas (TdC) está a colaborar com o congénere espanhol para perceber “em que medida há, ou não, complementaridade e sinergias que estão a ser usadas” e para “aprender também com as melhores práticas dos dois países”.

O presidente do Tribunal estima que o relatório sobre os incêndios possa estar pronto ainda este ano.

Em relação ao visto necessário para a contratação de meios aéreos pedido pelo Estado a 15 de maio, Vítor Oliveira diz ainda não haver uma decisão. “O Tribunal conferiu prioridade à análise desses processos (...) e eu espero que haja decisão sobre eles muito brevemente”, declarou.

Comissão Europeia reforça meios de apoio a combate a incêndios nos Estados-Membros

A Comissão Europeia lançou, a 21 de maio, a frota inicial de meios aéreos de combate a incêndios, no âmbito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil (rescEU). É composta por sete aviões e seis helicópteros dispersos pela Europa e vão complementar os recursos naturais.

O novo Mecanismo Europeu de Proteção Civil, com recursos geridos pela União Europeia, prevê a criação de uma

reserva de ativos a nível europeu para responder a catástrofes, incluindo aviões de combate aos incêndios florestais, bombas de água especiais, equipas de busca e salvamento em meio urbano, hospitais de campanha e equipas médicas de emergência.

Durante o verão, o Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) 24/7 da UE será reforçado com uma equipa de apoio aos incêndios florestais, com a participação de peritos dos Estados-Mem-

bros, e organizará videoconferências regulares com os Estados-Membros, de modo a partilhar informações sobre o risco de incêndio em toda a Europa.

A iniciativa da União Europeia para reforçar a proteção civil foi apresentada pela Comissão Europeia em 23 de novembro de 2017, na sequência dos incêndios florestais desse ano no sul da Europa, e em particular em Portugal, onde morreram mais de 100 pessoas

Estado quer nacionalizar SIRESP

O Governo pretende nacionalizar o SIRESP- sistema que assegura as comunicações de emergência em Portugal. A intenção foi manifestada pelo primeiro-ministro António Costa no debate quinzenal ocorrido no dia 13 de maio, depois de ter sido interpelado sobre uma alegada dívida à SIRESP, SA, propriedade da Altice e da Motorola, no valor de 11 milhões de euros.

O valor é referente ao in-

vestimento no sistema de redundância pedido pelo governo ao consórcio no ano passado (2018), mas cujo pagamento não foi autorizado pelo Tribunal de Contas por falta de sustentabilidade legal e técnica no processo.

No Parlamento, António Costa afirmou que “não existe uma dívida, porque o contrato firmado entre o Estado e a entidade gestora do SIRESP não foi visado pelo Tribunal de Contas, não se formou contrato”.

Governo garante que SIRESP funciona

O secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, adiantou que o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) é “uma rede de comunicações resiliente, robusta e que assegura a segurança dos portugueses”.

Num debate requerido pelo Bloco de Esquerda, no parlamento, a 29 de maio, o secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, assegurou que o sistema de comunicações de emergência SIRESP funciona e é eficaz, sendo uma rede “robusta, segura e capaz”.

“O conjunto de ações que se tem realizado permite transmitir aos portugueses que temos uma rede robusta, segura, capaz. Esta rede permite diferentes modos de comunicação em diferentes serviços, que suportam diariamente a atividade operacional dos serviços do estado”

Sobre as negociações que decorrem entre o Governo e a entidade gestora do SIRESP, o secretário de Estado disse que estão a ser desenvolvidas pelo Ministério das Finanças com o objetivo de o Estado assumir

uma posição de controlo da empresa e que “a seu tempo” será transmitido o resultado dessas negociações.

As negociações começaram quando a rede SIRESP ameaçou parar os seus equipamentos de redundância devido a uma dívida de 11 milhões de euros do Estado.

De acordo com o secretário de Estado o SIRESP é usado diariamente por 40 mil utilizadores distribuídos por mais de 125 entidades, além das 433 corporações de bombeiros. José Artur Neves desmentiu que a rede SIRESP esteja desatualizada, frisando que 35 países da Europa usam este sistema de rede que é a mais moderna.

No final do debate, a deputada do Bloco de Esquerda Sandra Cunha lamentou que o secretário de Estado não tenha respondido a questões como porque é que “o processo ainda não está concluído passado duas semanas” e se o sistema está ou não preparado “para a próxima época de incêndios”, A rede SIRESP é detida em 52,1% pela Altice Portugal, 33% pelo Estado e 14,9% pela Motorola Solutions.



Reforço de meios de combate a incêndios conta com menos 17 meios do que os previstos

O reforço de meios aéreos para o combate a incêndios, previsto para o dia 15 de maio, não teve, afinal, todos os meios disponíveis. Em vez dos 38 aviões e helicópteros disponíveis, o Estado dispôs apenas de 21 aeronaves aptas a funcionar.

Segundo o Ministério da Justiça, citado pela Agência

Lusa, em causa estará o facto de a disponibilização dos meios depender “do cumprimento do Código dos Contratos Públicos e da emissão do visto prévio do Tribunal de Contas para cada um dos contratos”.

O Executivo prevê que “gradualmente e a partir de junho, estejam disponíveis e operacionais, todos os meios previstos” para o combate a incêndios, garantindo que “to-

mará todas as medidas ao seu alcance para que haja meios suficientes e prontos para atuar quando necessário”.

Recorde-se que a Diretiva Operacional Nacional nº 2 - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais 2019 (DECIR 2019), aprovada a 1 de abril, dava conta de um aumento em quatro meios aéreos em relação ao ano passado, durante o mês de maio.

DISPOSITIVO AÉREO	2018	2019	Varição/nº Aeronaves
MAIO	32	38	+ 4
JUNHO	48	60	+ 12
JULHO A SETEMBRO	55	60	+ 5
OUTUBRO	34	38	+ 4